

# **Casa do Povo de St. António das Areias**

**Anexo**

**31 de Dezembro de 2015**

## **Identificação da Entidade**

A “Casa do Povo de St. António das Areias” é uma instituição sem fins lucrativos, equiparada a IPSSI, com sede em Avenida 25 de Abril Nº 19 . Tem como actividade a satisfação das necessidades básicas dos utentes em particular e da população do concelho em geral.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflecte a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adopção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os efeitos provenientes da adopção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de Janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

<b>Reconciliação dos Fundos Patrimoniais</b>	<b>499.405,45</b>
<b>Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC</b>	
Desreconhecimento de Activos Intangíveis	
Outros Ajustamentos (subsídios investimentos)	373.439,66
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	373.439,66
<b>Fundos Patrimoniais SNC-ESNL</b>	<b>872.845,11</b>

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

<b>Reconciliação do Resultado</b>	<b>-6.496,24</b>
<b>Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC</b>	
Desreconhecimento de Activos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
<b>Resultado Líquido SNC-ESNL</b>	<b>-6.496,24</b>

### 3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### 3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### 3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

##### 3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### **3.1.4 Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### **3.1.5 Compensação**

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

#### **3.1.6 Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

### **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### 3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 40
Equipamento básico	8 a 16
Equipamento de transporte	8
Equipamento administrativo	5 a 16
Outros Activos fixos tangíveis	5 a 10

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

### 3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efectuada para os bens cujo valor de transacção careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do activo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### **3.2.3 Activos Intangíveis**

Os “Activos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	6
Programas de Computador	6

#### 3.2.4 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

#### 3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:

- Entrada em incumprimento de uma das partes;
- Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
  - Alterações no preço do bem locado;
  - Alterações na taxa de câmbio
  - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

#### Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.



Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.6 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### **3.2.7 Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### **3.2.8 Financiamentos Obtidos**

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

#### Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

### **3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) “As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários,

bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

#### **4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### **5 Activos Fixos Tangíveis**

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2015, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>	<b>413.097,27</b>					<b>413.097,27</b>
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	104.488,50	108.609,00				213.097,50
<b>Total</b>	<b>517.585,77</b>	<b>108.609,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>626.194,77</b>

### Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	1.215.797,84					1.215.797,84
Equipamento básico	149.287,67					149.287,67
Equipamento de transporte	60.818,56					60.818,56
Equipamento administrativo	24.773,46	404,30				25.177,76
Outros Activos fixos tangíveis	14.648,63	982,77				15.631,40
<b>Total</b>	<b>1.465.326,16</b>	<b>1.387,07</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.466.713,23</b>
<b>depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	176.632,77	40.108,02				216.740,79
Equipamento básico	63.949,95	6.441,30				70.391,25
Equipamento de transporte	55.041,19	1.925,79				56.966,98
Equipamento administrativo	19.518,68	1.001,14				20.519,82
Outros Activos fixos tangíveis	7.239,27	1.684,00				8.923,27
<b>Total</b>	<b>322.381,86</b>	<b>51.160,25</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>373.542,11</b>

## **6 Activos Intangíveis**

### Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Imobilizado</b>						
Projectos de Desenvolvimento	6.437,20					6.437,20
Programas de Computador	799,52					799,52
<b>Total</b>	<b>7.236,72</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.236,72</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Projectos de Desenvolvimento	5.362,20	1.075,00				6.437,20
Programas de Computador	266,40	133,20				399,60
<b>Total</b>	<b>5.628,60</b>	<b>1.208,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.836,80</b>

## 7 Locações

A Entidade não detinha activos adquiridos com recurso à locação financeira.

## 8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2015		
	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	44.154,96	437.545,59	481.700,55
<b>Total</b>	<b>44.154,96</b>	<b>437.545,58</b>	<b>481.700,55</b>

## 9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2014				2015		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
mercadorias-primas, diárias e de transporte	3.892,73	79.934,93	0,00	2.543,69	72.521,24	0,00	2.304,56
<b>Total</b>	<b>3.892,73</b>	<b>79.934,93</b>	<b>0,00</b>	<b>2.543,69</b>	<b>72.521,24</b>	<b>0,00</b>	<b>2.304,56</b>
mercadorias das e das matérias imobilizadas				81.401,42			72.038,60

## 10 Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2015	2014
Vendas	0,00	0,00
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	199.774,97	179.044,04
Quotas e jóias	4.726,00	4.371,00
<b>Total</b>	<b>204.500,97</b>	<b>183.415,04</b>

## 11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Não aplicável.

## 12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2015	2014
<b>Subsídios do Governo</b>		
Subsídios à Exploração	176.346,10	193.506,61
<b>Total</b>	<b>176.346,10</b>	<b>193.506,61</b>

## 13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

## 14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2015	2014
IRC Liquidado		
Tributação Autónoma		
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 15 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2015 foi de 21.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações ao pessoal	168.782,40	175.686,58
Benefícios Pós-Emprego	0,00	1.384,85
Indemnizações	0,00	303,00
Encargos sobre as Remunerações	36.258,74	35.326,88
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.755,79	1.882,31
Outros Gastos com o Pessoal	1.427,54	1.089,11
<b>Total</b>	<b>208.224,47</b>	<b>215.672,73</b>

## 16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2015	2014
Outros investimentos financeiros	550,62	0,00
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>550,62</b>	<b>0,00</b>

### 17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
<b>Activo</b>		
Quotas	11.880,00	10.182,00
<b>Total</b>	<b>11.880,00</b>	<b>10.182,00</b>

### 17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2015	2014
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Utentes	648,14	2.700,56



### 17.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2015	2014
Caixa	123,48	214,45
Depósitos à ordem	4.938,87	11.911,96
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
<b>Total</b>	<b>5.062,35</b>	<b>12.126,41</b>

### 17.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	422.437,95	0,00	0,00	422.437,95
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	60.981,38	0,00	-2.433,67	58.547,71
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	876.378,56	379.461,01	0,00	1.255.839,57
<b>Total</b>	<b>1.359.797,89</b>	<b>379.461,01</b>	<b>-2.433,67</b>	<b>1.736.825,23</b>

### 17.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Fornecedores c/c	61.485,33	44.882,73
<b>Total</b>	<b>61.485,33</b>	<b>44.882,73</b>

### 17.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	26.344,00	3.376,24
<b>Total</b>	<b>26.344,00</b>	<b>3.376,24</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	377,50	670,80
Segurança Social	5.052,46	5.566,56
<b>Total</b>	<b>5.429,96</b>	<b>6.237,36</b>

### 17.8 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2015 e 2014, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2015	2014
Subsídios do Estado e outros entes públicos	176.346,10	189.878,33
<b>Total</b>	<b>176.346,10</b>	<b>193.506,61</b>

**17.9 Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Serviços especializados	26.460,58	14.350,52
Materiais	5.603,27	8.324,41
Energia e fluidos	33.773,67	36.507,86
Deslocações, estadas e transportes	1.471,09	1.401,62
Serviços diversos	25.077,01	23.827,30
<b>Total</b>	<b>92.385,62</b>	<b>84.411,71</b>

**17.10 Outros rendimentos e ganhos**

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Rendimentos Suplementares	2.295,20	5.179,91
Ganhos em inventários	636,27	242,84
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	31.426,66	26.888,51
Outros rendimentos e ganhos	45.087,21	37.291,96
<b>Total</b>	<b>79.445,34</b>	<b>69.603,22</b>

**17.11 Outros gastos e perdas**

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	2.297,95	1.071,67
Dividas incobráveis	1.998,59	0,00
Outros Gastos e Perdas	7.746,32	3.674,23
<b>Total</b>	<b>12.042,86</b>	<b>4.745,90</b>

**17.12 Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	16.016,51	12.169,59
Outros gastos e perdas de financiamento	4.082,45	52,24
<b>Total</b>	<b>20.098,96</b>	<b>12.221,83</b>

**17.13 Outras contas a receber**

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Devedores por acréscimos de rendimentos	11.854,23	0,00
Outros Devedores	16.270,38	35.036,11
<b>Total</b>	<b>28.124,61</b>	<b>35.036,11</b>

### 17.14 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
	18.997,88	16.692,93
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
	80,13	14.084,21
<b>Total</b>	<b>19.078,01</b>	<b>30.777,14</b>

### 17.15 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>		<b>74,92</b>		<b>54,05</b>
Remunerações a pagar		74,92		54,05
<b>Fornecedores de Investimentos</b>		<b>6.976,97</b>		<b>108.095,96</b>
Credores por acréscimo de gastos		29.226,93		25.156,10
Outros credores		0,00		18.698,45
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>36.278,82</b>	<b>0,00</b>	<b>152.004,56</b>

### 17.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Santo António das Areias, 31 de Dezembro de 2015

O Técnico Oficial de Contas



**Casa do Povo de St. António das Areias**  
**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

**Contribuinte: 500999015**

**Moeda: (Valores em Euros)**

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		1.604.266,36	1.185.707,52
Bens do património histórico e artístico e cultural		626.194,77	517.585,77
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis		399,92	1.608,12
Investimentos financeiros		550,62	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		2.231.411,67	1.704.901,41
Activo corrente			
Inventários		2.304,56	2.543,69
Clientes		648,14	2.700,56
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		26.344,00	3.376,24
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		11.880,00	10.182,00
Outras contas a receber		28.124,61	35.036,11
Diferimentos		19.078,01	30.777,14
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		5.062,35	12.126,41
		93.441,67	96.742,15
Total do activo		2.324.853,34	1.801.643,56
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		422.437,95	422.437,95
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		58.547,71	60.981,38
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais		1.255.839,57	876.378,56
		1.736.825,23	1.359.797,89
Resultado líquido		3.133,45	-2.433,67
Total do fundo de capital		1.739.958,68	1.357.364,22
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		61.485,33	44.882,73
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		5.429,96	6.237,36
Resultados disponíveis		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		481.700,55	241.154,69
Outras contas a pagar		36.278,82	152.004,56
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		584.894,66	444.279,34
Total do passivo		584.894,66	444.279,34
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.324.853,34	1.801.643,56

A Direcção

O responsável

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados		204.500,97	183.415,04
Subsídios, doações e legados à exploração		176.346,10	193.506,61
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		72.038,60	81.401,42
Fornecimentos e serviços externos		92.385,62	84.411,71
Gastos com o pessoal		208.224,47	215.672,73
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		79.445,34	69.603,22
Outros gastos e perdas		12.042,86	4.745,90
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos</b>		<b>75.600,86</b>	<b>60.293,11</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		52.368,45	50.504,95
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>23.232,41</b>	<b>9.788,16</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		20.098,96	12.221,83
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>3.133,45</b>	<b>-2.433,67</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>3.133,45</b>	<b>-2.433,67</b>